

ELEIÇÕES / O comando de um estado é visto pelos políticos como degrau importante para atingir o “topo da carreira”, a Presidência da República. A ambição esbarra, porém, na vontade do eleitor: desde a redemocratização, só um conseguiu

O duro desafio dos governadores

» EVANDRO ÉBOLI

Os caminhos para se chegar ao Palácio do Planalto podem ser vários, mas não, necessariamente, que o postulante tenha passado, antes, pela experiência de governar um estado. Desde a redemocratização do país, considerando a primeira eleição direta pós-ditadura, em 1989, apenas um governador elegeu-se presidente da República: Fernando Collor de Mello, em 1989, pelo nanico PRN (Partido da Reconstrução Nacional), após comandar Alagoas, estado de menor dimensão política.

De lá até hoje, 11 ex-governadores disputaram 17 vezes a Presidência da República nas nove eleições que se sucederam nesses últimos 34 anos. Ciro Gomes é o recordista de participações. Ex-governador do Ceará (1991-1994), concorreu quatro vezes ao Planalto, duas vezes pelo PPS e duas pelo PDT, sempre colecionando infortúnios no sonho de dirigir a nação brasileira.

Três governadores tentaram duas vezes cada, e foram igualmente derrotados nas urnas: Leonel Brizola (PDT-RJ), em 1989 e em 1994; José Serra (PSDB-SP), em 2002 e 2010; e Geraldo Alckmin (PSDB-SP), em 2006 e 2018. O atual vice-presidente governou São Paulo por quatro mandatos.

Exceto Collor — o primeiro eleito pelo voto direto após 21 anos de regime militar —, quem mais se aproximou do objetivo foi o mineiro Aécio Neves, outro do PSDB. Em 2014, o tucano perdeu para Dilma Rousseff (PT) no segundo turno por pouco mais de 3 milhões de votos. Aécio foi governador de Minas Gerais duas vezes, entre 2003 e 2010. Serra chegou duas vezes ao segundo turno, e perdeu para Lula (2002) e para Dilma (2010).

O levantamento feito pelo **Correio** optou por deixar de fora dessa lista Paulo Maluf, que disputou a Presidência em 1989, pelo PDS — terminou em quinto lugar, com 8,8% dos votos —, mas foi governador paulista de forma indireta, chamado biônico, ainda na ditadura.

Atualmente, quatro governadores são apontados como possíveis candidatos na disputa contra a provável tentativa de reeleição de Lula, em 2026. Todos de direita e que buscam herdar o eleitorado de Jair Bolsonaro: Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; Ronaldo Caiado (União), de Goiás; e Ratinho Júnior (PSD), do Paraná.

Além de Collor, o país teve como presidentes eleitos Fernando Henrique Cardoso (duas vezes), que foi prefeito de São Paulo; Lula (duas vezes), que só tinha sido deputado federal; Dilma (duas

Caminho difícil

Onze governadores disputaram 17 vezes o Planalto, nessas 9 eleições; apenas 1, Fernando Collor, foi eleito

1989
 **Fernando Collor** (PRN)
 30,48% dos votos (1º turno); e 53,03% dos votos (2º turno) — eleito — governou Alagoas

1994
 **Leonel Brizola** (PDT)
 16,51% dos votos — 3º lugar — governou Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro

1994
 **Orestes Quéricia** (MDB)
 4,38% dos votos — 4º lugar — governou São Paulo

1994
 **Leonel Brizola** (PDT)
 3,19% dos votos — 5º lugar — governou Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro


1998
 **Espiridião Amin** (PPR)
 2,75% dos votos — 6º lugar — governou Santa Catarina

1998
 **Ciro Gomes** (PPS)
 10% dos votos — 3º lugar — governou o Ceará


2002
 **José Serra** (PSDB)
 23,2% dos votos (1º turno); e 38,7% dos votos (2º turno) — 2º lugar — governou São Paulo

2006
 **Anthony Garotinho** (PSB)
 17,8% dos votos — 3º lugar — governou o Rio de Janeiro

2006
 **Ciro Gomes** (PPS)
 11,9% dos votos — 4º lugar — governou o Ceará


2006
 **Geraldo Alckmin** (PSDB)
 41,6% dos votos (1º turno); e 39,1% dos votos (2º turno) — 2º lugar — governou São Paulo

2010
 **Cristovam Buarque** (PDT)
 2,6% dos votos — 4º lugar — governou o Distrito Federal

2010
 **José Serra** (PSDB)
 32,6% dos votos (1º turno); e 43,9% dos votos (2º turno) — 2º lugar — governou São Paulo

2014
 **Aécio Neves** (PSDB)
 33,5% dos votos (1º turno); e 48,3% dos votos (2º turno) — 2º lugar — governou Minas Gerais

2018
 **Ciro Gomes** (PDT)
 12,4% dos votos — 3º lugar — governou o Ceará

2022
 **Geraldo Alckmin** (PSDB)
 4,7% dos votos — 4º lugar — governou São Paulo

2022
 **Alvaro Dias** (Podemos)
 0,8% dos votos — 9º lugar — governou o Paraná

2022
 **Ciro Gomes** (PDT)
 3% dos votos — 4º lugar — governou o Ceará

Valdo Virgo/CB/D.A Press

vezes), que nunca havia disputado uma eleição sequer; e Jair Bolsonaro, que, até então, havia cumprido sete mandatos como deputado federal. Itamar Franco (PRN) e Michel Temer (MDB) foram presidentes, mas beneficiados pelos processos de impeachment de Collor e de Dilma, respectivamente.

Plano Real

O **Correio** conversou com alguns desses gestores estaduais que tentaram, sem sucesso, chegar ao Planalto. O senador Espiridião Amin (PP), ex-governador de Santa Catarina, disputou a Presidência em 1994, pelo PPR, e terminou em 6º lugar, com apenas 2,7% dos votos. “Não tinha isso

de rede social. Os fatos consolidados dominavam as políticas. Não havia essa capacidade surpreendente de questionar convicções que essas redes de hoje criaram. Tinha-se convicção, por exemplo, que Mário Covas era um grande governador de São Paulo. Era difícil, naquela época, um governador confrontar sem um forte apelo nacional, o que Collor conseguiu. Ele pegou carona na indignação popular, se apresentou como caçador de marajás no seu estado, questionou privilégios e fez duros e pesados ataques ao (presidente José) Sarney (último a comandar o país antes da primeira eleição direta, em 1989). Foi beneficiado pelo carisma e por essa posição de confrontação. Conseguiu socializar isso fortemente”, avaliou Amin.

Para o político catarinense, as vitórias de FHC são inquestionáveis por causa do sucesso do Plano Real. “O Plano Real foi sua ampla rede social. Aquela moeda de R\$ 1 comprando um frango, como concorrer? Não precisa dizer mais nada. Aquilo foi um microtwitter, mas de grande potência. Tanto que ganhou as duas eleições no primeiro turno. E Lula ganhou como uma opção de ser a diferença. O modelo da moeda do real era coisa vencida. Ele derrotou duplamente o Serra e, depois, o Alckmin. Os fatos também falam por si.”

“Sem recall”

Ex-governador do Paraná, Álvaro Dias também postulou o

Planalto, pelo Podemos, em 2018, mas ficou em 9º lugar, com apenas 0,8% dos votos. “Fui ser candidato a presidente bem depois de ter sido governador (1987-1991), não estava no auge do governo do estado. Já não tinha mais o ‘recall’ daquele período. Até houve possibilidade de disputar, quando o Collor se elegeu, mas estava no governo, com uma avaliação excepcional e, por uma questão de responsabilidade, optei por continuar. O país vinha de uma grave crise financeira, inflação de 80% ao mês, não era possível largar a administração”, relembra Dias.

Para ele, há, atualmente, um “vazio de liderança”, e a polarização entre esquerda e direita “excluiu lideranças importantes do mundo da política”.

Cristovam Buarque governou o Distrito Federal (1995-1999), pelo PT, e tentou se eleger presidente da República em 2006, pelo PDT. Chegou em 4º lugar, com 2,6% dos votos.

“Nesse período, fora Collor e Bolsonaro, foram os mesmos que se elegeram. FHC, Lula e Dilma, duas vezes cada. Eles, de certa maneira, dominavam os processos. Poucos conseguiram chegar. De qualquer maneira, é inquietante porque a maioria dos governadores não se elegeu. No meu caso, a minha explicação é que governei o Distrito Federal, minúsculo, e não era reconhecido nacionalmente. E fiz uma política muito concentrada em uma plateia e uma área que não dá voto, que é a educação. E disputava com gente do porte de Lula e Alckmin, ambos de São Paulo”, ponderou Cristovam.

Oligarquias

Para o advogado Carlos Lula, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), a maior visibilidade proporcionada pela internet e pelas redes sociais não é suficiente para um governador se eleger presidente do país. “Apesar da visibilidade aumentada pelas mídias digitais, a construção de uma imagem nacional sólida ainda requer recursos financeiros significativos e uma estratégia política bem elaborada, algo que nem todos os governadores têm. Embora a internet e as redes sociais tenham democratizado o acesso à informação e permitido uma maior visibilidade nacional, os desafios estruturais da política brasileira continuam a limitar as chances dos governadores de se tornarem presidentes”, disse o advogado.

“O sistema político brasileiro é fragmentado, com múltiplos partidos e coalizões. Isso significa que os governadores, muitas vezes, dependem de alianças locais para se elegerem, o que nem sempre se traduz em apoio nacional suficiente para uma candidatura presidencial. Em muitos estados, as oligarquias políticas têm um grande controle sobre a política local. Embora um governador possa ter sucesso em seu estado, pode enfrentar resistência de outras oligarquias e interesses regionais ao tentar alcançar o poder nacional”, avalia Carlos Lula.

“As eleições presidenciais exigem estratégias eleitorais complexas e recursos consideráveis, que nem todos os governadores têm. Além disso, a competição com figuras políticas já estabelecidas em nível nacional pode ser difícil de superar”, concluiu.



SERGIO ABRANCHES

NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE, A COALIZÃO TINHA DOIS PIVÔS PARTIDÁRIOS: O PSDB PELA CENTRO-ESQUERDA E O PFL PELA DIREITA. NOS GOVERNOS LULA, A COALIZÃO TAMBÉM TINHA DOIS PIVÔS, O PT PELA ESQUERDA E O MDB PELO CENTRO. BOLSONARO, MOSTRANDO QUE NADA APRENDEU EM 30 ANOS NA CÂMARA, NEM TENTOU FORMAR COALIZÃO, QUIS GOVERNAR COM BANCADAS TEMÁTICAS

Governo minimalista

Há muita confusão sobre o que se passa com o presidencialismo de coalizão. Esse sistema de governo se diferencia do presidencialismo dos Estados Unidos porque tem requisitos específicos de governança derivados da estrutura multipartidária e federativa na qual está plantado. Esses são uma coalizão de governo majoritária e coerente — porque o partido do presidente não consegue mais de 20% das cadeiras da Câmara — e um presidente forte com poder de definir a agenda legislativa. Para ter essa força, o presidente precisa, por menos, ter controle do Orçamento e popularidade acima de 55%. Os recursos que pode manejar e o apoio da sociedade geram força de atração suficiente para a Presidência e, assim, ele consegue montar sua coalizão majoritária. Porém, é necessário que o ambiente legislativo se estruture em torno de partidos com

um mínimo de coerência interna e liderança firme, que permitam a negociação da coalizão entre o presidente e os comandos partidários.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a coalizão tinha dois pivôs partidários: o PSDB pela centro-esquerda e o PFL pela direita. Tinha, também, na coalizão, o MDB que alternava, mais pelo centro, o papel de pivô com o PFL. O centrão era minoritário. Nos governos Lula, a coalizão também tinha dois pivôs, o PT pela esquerda e o MDB pelo centro. Em ambos, os governos eram de coalizão que excediam largamente a maioria de 51% com número manejável de partidos. As legendas do núcleo da coalizão controlavam 60% ou mais dos votos, e não passavam de três com FHC, e de cinco com Lula, resultando em coalizões de centro-direita e de centro-esquerda, respectivamente. A coalizão de

Dilma Rousseff já dava sinais de disfuncionalidade, precisando de número muito grande de partidos para alcançar a maioria.

Bolsonaro nem tentou formar coalizão. Mostrando que nada aprendeu nos quase 30 anos na Câmara, quis governar com bancadas temáticas — ruralistas, evangélicos e armamentistas — em lugar da coalizão de partidos. Óbvio que não deu certo. Diante do impasse no Legislativo, impopular, ameaçado de impeachment e sem capacidade de negociação, preferiu delegar a governança ao Congresso. Entregou o controle do Orçamento da forma mais espúria possível, com o chamado “orçamento secreto”. Potencializou o poder do presidente da Câmara e, subsidiariamente, do presidente do Senado. Desorganizou a governança e travou de vez o funcionamento regular do presidencialismo de coalizão.

O papel de Bolsonaro na deformação da governança somou-se ao efeito das eleições, principalmente na Câmara. Partidos tradicionais,

como PT e MDB, perderam bancadas. Outros desapareceram, como o DEM, sucessor do PFL, que sumiu numa formação gelatinosa chamada União Brasil. O PSDB ficou nanico e desfigurado, está em processo de dissolução. Nesse ambiente, ficou impossível formar coalizões mais estáveis. Não há pivôs. O Centrão não dá liga, é um emaranhado de interesses dispersos e oportunistas, sem liderança firme e sem coerência.

O politólogo Felipe Nunes, da Quaest, analisou os dados de votação de projetos de lei de origem do Executivo na Câmara de maneira bem criativa. Mostrou na GloboNews à Júlia Duailibi e ao Otávio Guedes o retrato gráfico desse quadro de dispersão de forças. Nele, é nítido que, no eixo governo/oposição, só existe agregação de votos e, portanto, coalizão pela esquerda, com PT e PSol, e pela extrema direita, com PL e Novo. Duas coalizões minoritárias. A maioria está em partidos com votos dispersos, quase no plano individual. Voto muito difícil de negociar a custo

razoável de tempo, energia política e recursos orçamentários. Como o poder de decreto do chefe do Executivo é limitado e quase tudo precisa de lei, sem apoio firme no Legislativo governar ficou muito mais difícil do que nos dois mandatos anteriores de Lula.

O presidente da Câmara pede o envolvimento direto de Lula no corpo a corpo por votos no Congresso. Lula parece pouco disposto a entrar nesse jogo, no qual é craque. O governo vai se adaptando, fazendo a filtragem dos projetos que considera urgentes, quase todos da agenda econômica. O alto índice de aprovação de projetos do governo medido por Felipe Nunes mostra essa seletividade. O presidente da Câmara, Arthur Lira, em fim de mandato, pode querer deixar como legado reformas econômicas, como a tributária. Esse parece também um interesse do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Todos se contentam com um governo minimalista, que produz resultados abaixo do potencial do país. Até quando?